



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental SEM AAF	08050000335/19	19/08/2019 09:51:01	AGÊNCIA ESPECIAL DE MON

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

2.1 Nome: 00342471-0 / ENGENHARIA SOLAR LTDA		2.2 CPF/CNPJ: 23.611.048/0001-31	
2.3 Endereço: RUA BALTAZAR GERALDO PEREIRA, 27		2.4 Bairro: VILA REGINA	
2.5 Município: MONTES CLAROS		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 39.400-203
2.8 Telefone(s):		2.9 E-mail:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

3.1 Nome: 00343546-8 / JURANDIR OLIVEIRA SILVA		3.2 CPF/CNPJ: 009.613.886-68	
3.3 Endereço: RUA EUZÉBIO ALVES SARMENTO, 169		3.4 Bairro: JARDIM SÃO LUIZ	
3.5 Município: MONTES CLAROS		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 39.401-050
3.8 Telefone(s):		3.9 E-mail:	

4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

4.1 Denominação: Fazenda Nossa Senhora da Abadia			4.2 Área Total (ha): 800,1900		
4.3 Município/Distrito: FRANCISCO SA			4.4 INCRA (CCIR):		
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 2049		Livro: 2 - RG	Folha:	Comarca: FRANCISCO SA	
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6): 646.000		Datum: SIRGAS 2000		
	Y(7): 8.190.000		Fuso: 23K		

5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL

5.1 Bacia hidrográfica:	
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)	
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11).	
5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).	
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 46,74% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.	
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)	
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel	Área (ha)

5.9 Regularização da Reserva Legal – RL				
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)				Área (ha)
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		
		Outro:		
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção REQUERIDA		Quantidade	Unidade	
Corte/aproveit. árvores isoladas,vivas/mortas em meio rural		53,0000	un	
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO		Quantidade	Unidade	
Corte/aproveit. árvores isoladas,vivas/mortas em meio rural		48,0000	un	
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
7.1 Bioma/Transição entre biomas				Área (ha)
Mata Atlântica				15,9700
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias				Área (ha)
Floresta Estacional Decidual Submontana Secundária Inicial				15,9700
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Corte/aproveit. árvores isoladas,vivas/mortas em mei	SIRGAS 2000		645.500	8.190.500
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
9.1 Uso proposto	Especificação			Área (ha)
Infra-estrutura	instalação de usina fotovoltaica			15,9700
Total				15,9700
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade	
LENHA FLORESTA NATIVA	17 indivíduos arboreos comuns	7,36	M3	
AROEIRA	27 indivíduos arbóreos	20,14	M3	
IPE	3 indivíduos arbóreos	0,45	M3	
OUTRAS ESPECIES DE LEI	01 indivíduo da espécie Gonçalves	0,65	M3	
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:		10.2.2 Diâmetro(m):	10.2.3 Altura(m):	
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):		(dias)		
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade:média.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

Parecer Técnico

Proc. 08050000335/19

1. Histórico:

" Data da formalização: 16/08/2019
" Data do pedido de informações complementares: x-x-x-x-x
" Data de entrega das informações complementares: x-x-x-x
" Data da emissão do parecer técnico: 20/09/2019

2. Objetivo:

É objeto desse parecer analisar a intervenção ambiental em uma área de 15,97 ha onde o empreendedor solicita o corte de árvores isoladas nativas vivas, com destoca, inserido no Bioma Mata Atlântica - Lei Federal 11.428/06, fitofisionomia de Floresta Estacional Decidua em estágio inicial por se tratar de uma área de pastagem com poucos indivíduos arbóreos vivos, visando a implantação da Usina de Energia Fotovoltaica na Fazenda Nossa Senhora da Abadia, no município de Francisco Sá/MG, tendo como empreendedor a empresa Engenharia Solar LTDA, CNPJ 23.611.048/0001-31.

Obs.: Implantação da Usina de Energia Fotovoltaica(infraestrutura), conforme Art. 3º da Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, é considerada:

I - de utilidade pública

b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de energia.

3. Caracterização do empreendimento:

A Usina de Energia Fotovoltaica será instalada na Fazenda Nossa Senhora da Abadia, no município de Francisco Sá/MG tendo como locador o Sr. Jurandir Oliveira Silva, CPF 009.613.886-68, conforme Instrumento particular de Contrato de Locação não Residencial para fins de desenvolvimento de projeto de geração distribuída cumulado com compromisso de constituição de direito de superfície, anexa aos autos do processo de DAIA Nº 08050000335-19 e locatária a empresa, Engenharia Solar LTDA, portadora do CNPJ nº 23.611.048/0001-31.

Na propriedade onde está sendo solicitada a intervenção ambiental em uma área que está inserida no Bioma Mata Atlântica (mata seca – floresta estacional decidual em estágio de regeneração inicial) cabe ressaltar que na área proposta para implantação da usina de energia fotovoltaica de 15,97 ha é composta por pastagens com algumas árvores isoladas vivas com pouco rendimento lenhoso.

A propriedade denominada Fazenda Nossa Senhora da Abadia no município de Francisco Sá/MG apresenta relevo caracterizado como plano a suave ondulado.

Tipo de solo predominante é o Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico conforme estudos apresentados pelo responsável técnico do empreendimento.

A propriedade em questão está inserida na bacia do Rio Verde Grande, pertencente a Bacia Hidrográfica do Rio Francisco.

Espécies vegetais encontradas na área da Reserva Legal: Tamboril, Gonçalves-alves, Ipê-amarelo, Cocô-licori, Imburana, Pau Preto, Aroeira-do-sertão, Mama-cadela, Maminha-de-porca, etc.

Espécies animais: Veado, tatu, seriema, coelho, gavião carcará e pequenos répteis, etc.

A implantação do projeto em questão não prevê a intervenção em áreas de Preservação Permanente-APP. A propriedade não possui área de Preservação Permanente.

A Reserva Legal do referido imóvel, encontra-se devidamente cadastrada no CAR (Cadastro Ambiental Rural) datado de 12/06/2015, em uma área de 142,5013 ha de floresta estacional decidual (mata seca) em estágio de regeneração médio.

4. Da Autorização para Intervenção Ambiental:

O município de Francisco Sá/MG, apresenta 46,74% de cobertura de vegetação nativa.

A área solicitada para intervenção ambiental apresenta vegetação caracterizada como pastagem com poucos indivíduos arbóreos isolados vivos, cobertura de vegetação nativa de Floresta Estacional Decidua em estágio inicial de regeneração natural, sendo que no IDE-Sisema (Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) assim como as informações do ZEE (zoneamento ecológico econômico) a área requerida para intervenção ambiental faz parte de um mosaico de vegetação com áreas Agrícolas.

O Método de Amostragem utilizado foi censo florestal de 100% que consistiu em um levantamento de quantitativo e qualitativo, compreendendo a localização, identificação e avaliação de todos as árvores com CAP igual ou superior a 15,50 cm inserido ao longo da área que atualmente é formada por indivíduos nativos espaçados.

Conforme consulta realizada no Zoneamento Ecológico do Estado de Minas (ZEE), através do IDE em 20/09/2019 a área requerida para intervenção ambiental apresenta as seguintes características:

- Vulnerabilidade Natural: Média;
- Vulnerabilidade do Solo à Erosão: Muito Baixa;
- Integridade da Fauna: Baixa;
- Integridade da Flora: Alta.

O empreendedor requer a intervenção em uma área de 15,97 ha onde ocorrerá Corte de árvores isoladas nativas vivas com destoca de 48 indivíduos, 12 espécies distribuídas em 8 famílias e 12 gêneros botânicos, localizada no município de Bocaiúva/MG, conforme demarcação em plana topográfica anexa ao processo.

Observação: Na área requerida há ocorrência de Espécie Imunes de Corte a ser compensada, conforme determina Lei 20.308/2012.

Espécie	Quantidade	Volume m³
Ipê-amarelo	3	0,4503
Total = 3		Volume total = 0,4503

*Mediante cobrança/pagamento pela compensação pela da árvore/Espécies Imunes de Corte, no caso 3 indivíduos (Ipê) a serem suprimidas, conforme Lei 20.308/2012 - Artigo 3º da Lei 20.308/2012, que altera a redação dos Artigos 1º e 2º da Lei 9.743/1988. Para a supressão do ipê (Caraíba) será permitido: - § 2º O empreendedor responsável pela supressão do ipê-amarelo nos termos do inciso I do caput deste artigo poderá optar, alternativamente à exigência prevista no § 1º, pelo recolhimento de 100 Ufems (cem Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), por árvore a ser suprimida, à Conta Recursos Especiais a Aplicar de que trata o art. 50 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002.

O empreendedor deverá recolher a taxa florestal e reposição florestal, referente ao material lenhoso de 25,2763 m³ de madeira nativa presente na área recomendada para intervenção de acordo quadro abaixo:

Espécie	Quantidade	Volume m³
Aroeira do sertão	27	20,14
Gonçalo Alves	1	0,6452
Total = 28		Volume total = 20,7852 m³

O empreendedor deverá recolher a taxa florestal e reposição florestal, referente ao material lenhoso de 7,79372 m³ de lenha nativa dos demais indivíduos arbóreos comuns (49 – 31 = 18 indivíduos arbóreos) entretanto 01 indivíduo será preservado (7,79372 – 0,43298) = 7,36074 m³ (17 indivíduos arbóreos comuns) de lenha nativa presentes na área recomendada para intervenção ambiental.

Na área de 15,97 ha o volume total encontrado foi equivalente a 7,36074 m³ (17 indivíduos) de lenha nativa e 20,7852 m³ (28 indivíduos) de madeira de uso nobre e 0,4503 m³ (madeira árvores imunes), onde ocorrerá o Corte de árvores nativas isoladas vivas, com destoca, segundo PUP. Portanto será 7,36074 m³ de lenha nativa e (20,7852 + 0,4503 = 21,2355 m³) de madeira nativa.

O empreendedor deverá apresentaro Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF, referente aárvores a serem compensadas, conforme determina a Deliberação Normativa -DN 114/2008.

5. Conclusão:

Por fim, a equipe técnica sugere pelo DEFERIMENTO, em uma área equivalente a 15,97 ha, inserido no Bioma Mata Atlântica - Lei Federal 11.428/06,fitofisionomia deFloresta Estacional Decidual em estágio inicial, visando a implantação da Usina de Energia Fotovoltaica na Fazenda Nossa Senhora da Abadia no município de Francisco Sá/MG.

*A emissão do DAIA fica condicionado a apresentação pelo o empreendedor de Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF, referente a supressão de 53 - 5 (serão preservadas) = 48 árvores a serem compensadas, conforme determina a Deliberação Normativa -DN 114/2008, ante da emissão do DAIA.

O rendimento do material lenhoso, segundo PUP apresentado é 7,36074 m³ de lenha nativa e 21,2355 m³ de madeira nativa . A destinação do material lenhoso será o uso na própria propriedade conforme informações prestadas no requerimento para intervenção ambiental.

Obs.: Implantação da Usina de Energia Fotovoltaica(infraestrurura), conforme Art. 3ºda Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, é considerada:

I - de utilidade pública

b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos deenergia.

6. Validade:

Prazo recomendado para o vencimento do DAIA, dois anos.

Legislação: Lei Florestal de Minas Gerais 20.922/13.

Lei 14.309/02. Resolução SEMAD/IEF nº1905 de 12/08/2013.

As principais medidas mitigadoras a serem observadas pelo o proprietário com relação Intervenção Ambiental são as seguintes:Obs.: CONDICIONANTE SISTEMA SINAFLO: O empreendedor fica responsável pela inserção de toda a documentação referente ao processo físico e ou informações complementares no projeto cadastrado no SINAFLO, inclusive com saneamento das pendências apontadas no projeto, sob pena de suspensão deste DAIA. - Conservar os aceiros em torno da propriedade e da Reserva Legal, conforme demarcação em planta anexa ao processo; - Respeitar os limites da área recomendada para intervenção ambiental;* Informar a Polícia Ambiental de Montes Claros o INÍCIO e TÉRMINO da intervenção ambiental pra implantação da rede de transmissão de energia.* As árvores que foram inventariadas pelo censo que possuem os números: 42 (Pau-preto);43a (Aroeira-do-sertão);43b (Aroeira do sertão); 44 (Casquinha) e 45 (Aroeira-do-sertão) não estão autorizadas a sua supressão tendo em vista que estão limitando com a área da Reserva Legal e servirão de porta sementes (matrizes) para regeneração da vegetação nativa e em uma delas possui colméia de abelhas da espécie Jataí.Obs. : O empreendedor deverá apresenta/protocolar Juno ao IEF/URFBio-Norte/Montes ClarosProjeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF, referente a 48 árvores a serem suprimidas a serem compensadas, conforme determina a Deliberação Normativa -DN 114/2008, antes da emissão do DAIA.

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

14. DATA DA VISTORIA

quinta-feira, 12 de setembro de 2019

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

-

17. DATA DO PARECER